



**Temática 2:** Direito à Informação, Acesso à Informação e Inclusão Social

## **Rumos da Comunicação Científica diante do Acesso Aberto à Informação**

**Aída Varela**

[varela@ufba.br](mailto:varela@ufba.br)

Universidade Federal da Bahia

**Maria Izabel de Jesus Sousa Barreira**

[isasousa@ufba.br](mailto:isasousa@ufba.br)

Universidade Federal da Bahia

**Marilene Lobo Abreu Barbosa**

[marilene@ufba.br](mailto:marilene@ufba.br)

Universidade Federal da Bahia

### **RESUMO**

Discutem-se as tentativas realizadas pela comunidade científica para promover a divulgação das informações científicas e os obstáculos encontrados para seu acesso e usabilidade. Analisam-se os investimentos em tecnologias digitais que provocam mudanças constantes nas formas de representação e na modalidade da comunicação científica e da literatura cinzenta. Apresentam-se reflexões sobre os novos rumos da comunicação científica, focalizando o acesso aberto à informação.

Trabalhos técnico-científicos

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Acesso Aberto. Acesso à Informação. Comunicação Científica. Literatura Cinzenta. Repositório Institucional.

---

### **1 Introdução**

Ao longo da história da ciência, inúmeras têm sido as tentativas realizadas pela comunidade científica para promover arranjos que possam melhor estruturar a divulgação das informações científicas, de modo que ela seja disponibilizada rápida e eficazmente. Contudo, durante o processo de comunicação da informação, alguns obstáculos interferem em seu acesso.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
*Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011*

Localizar o conjunto de informações, armazenados em espaços e fontes variados nem sempre é tarefa fácil. Para Meadows (1999, p. 211) o grande desafio é que “essa informação seja fornecida no momento e na forma que torne mais provável sua absorção pelo pesquisador.”, posto que a indisponibilidade da informação necessária num ponto específico do desenvolvimento da pesquisa pode fazê-la perder o sentido.

Por esta razão, o processo de busca e recuperação das informações científicas veiculadas nos diversos canais de comunicação tem sido objeto de estudo dos profissionais da informação, responsáveis pela representação destas informações nas fontes secundárias de divulgação, tais como catálogos, bibliografias, revistas-índices etc, sempre numa tentativa de reduzir os obstáculos ao acesso e facilitar a usabilidade da informação no ato da pesquisa. Meadows (1999) pondera sobre a necessidade de padronização da estrutura de representação, por exemplo, na elaboração de resumos e na indexação dos conteúdos, aproximando o modo de representação do modo como o usuário constrói seu conhecimento. Ele diz: “Em termos gerais a comunidade científica e seus intermediários tentam estruturar a informação que passa por esses canais de modo que se adapte do melhor modo à forma como os receptores estruturam seu conhecimento”. (MEADOWS, 1999, p.209).

Os investimentos feitos pelos países, sobretudo os Estados Unidos, no meado do século passado, em busca de soluções que possibilitassem o armazenamento confiável, a busca interativa e a recuperação rápida e eficiente da informação científica e tecnológica tem gerado tecnologias digitais inovadoras, provocando mudanças constantes nas formas de representação da informação e na modalidade da comunicação científica, acadêmica e da sociedade em geral. Daí, então, a seqüência de aperfeiçoamentos que têm surgido nestas áreas, passando pelos bancos de dados eletrônicos, os sistemas de recuperação da informação – SRI, as bibliotecas digitais e virtuais, os portais corporativos de informação e, mais recentemente, os repositórios digitais, que têm se destacado como recurso de registro de informação não-convencional, na medida em que têm como escopo, divulgar todo tipo de informação e publicação produzida por uma instituição e seus pares.

O repositório institucional, como afirmam Marcondes e Sayão (2010, p.9), além de ser um recurso tecnológico, é também a afirmação ao movimento político de livre acesso à informação científica – ao qual o Brasil já aderiu, com o Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação, de 2005 – e que vem mobilizando as instituições, a comunidade científica e a sociedade, no sentido de que os resultados de estudos e pesquisas, ou seja, de



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
*Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011*

toda a produção científica de uma instituição e de seu quadro de pesquisadores, seja depositada na Internet e esteja sempre disponível para acesso público.

Apesar de todo este movimento quer político, quer tecnológico, ainda assim são apontadas deficiências, de duas naturezas, na recuperação da informação. Uma diz respeito ao desconhecimento da fonte pelo usuário, a inexperiência no uso de fontes, a dificuldade de compreensão da estrutura lógica de organização e funcionamento da fonte de indexação, além de outras. A outra, refere-se à indisponibilidade e ao cerceamento das fontes informacionais, nos instrumentos de controle, provocando barreiras à sua acessibilidade e usabilidade.

Conforme foi destacado, estas situações de dificuldade vêm sendo objeto de estudo e discussão, estando em via de solução. No que tange, à representação da informação via tecnologia da informação, em muitos casos, as dificuldades já foram superadas, com o advento das bases de dados de textos integrais, os buscadores automáticos introduzidos na rede e, de modo mais emergencial, com os protótipos da web semântica.

Enfim, embora caiba preocupação com a localização destes documentos não-convencionais, porque, por não serem referenciados nas fontes secundárias de informação, oferecem dificuldade de acesso, é preciso averiguar se, com as novas soluções tecnológicas aportadas pela Internet, como os repositórios institucionais e a filosofia do “acesso aberto”, esta questão já não foi resolvida, ou está em vias de solução.

Neste ensaio, reflete-se sobre esta problemática, abordando os rumos da comunicação científica frente às inovações tecnológicas, a invisibilidade da literatura cinzenta e sua visibilidade a partir das ferramentas web 2.0 e o surgimento dos repositórios digitais como possível solução.

## **2 A Comunicação Científica: Mecanismos de Divulgação e Controle da Informação Científica**

A história da comunicação científica é pródiga em relatos que demonstram que a etapa final, tal como uma aspiração, do cientista é divulgar seu invento, sua descoberta, o resultado último de seu estudo. Assim como, estudos sociométricos desenvolvidos no âmbito da CI, apontam para a necessidade de comunicação entre os cientistas, enquanto eles constroem suas pesquisas. Garvey explica a razão para este fato:



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
*Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011*

Enquanto desenvolve uma pesquisa, um cientista precisa ter contatos frequentes com seus colegas e com a literatura de sua área, Há duas razões muito importantes para isso: primeiro, ele precisa obter informações sobre o que foi e o que está sendo publicado na área, pois as pesquisas evoluem do conhecimento já registrado por outros e, segundo, terá necessidade de expor suas ideias à reação de seus colegas, em vários estágios de seu trabalho. As opiniões críticas dos pares são extremamente importantes, especialmente durante o período inicial da pesquisa, auxiliando o pesquisador a avaliar o rumo e o interesse potencial de sua investigação. E quando pronta, os seus resultados terão que ser submetidos formalmente à avaliação da comunidade científica, mediante a submissão de seu original para publicação (GARVEY, 1979, p. 20).

Não é, portanto, de se estranhar que, neste universo, um dos primeiros recursos de comunicação tenha sido a troca de cartas manuscritas entre os pesquisadores, como meio de discutir idéias e buscar subsídios para as pesquisas em desenvolvimento, posto que, os resultados só eram divulgados, em termos finais e em grandes tratados e livros de teses, que relatavam anos de experiência. Portanto, “Esta forma de comunicação epistolar supria a falta de meios adequados para a veiculação de idéias e experimentos científicos” (BRIQUET DE LEMOS, 1968, s. p.).

Evidencia-se, nestes exemplos, que os cientistas, por força de seu ofício, exercem a comunicação entre si, quer na rede formal, quer na rede informal de comunicação. Já no século XVII, Boyle, cientista inglês, preocupava-se com os hábitos de comunicação dos cientistas e, ao estudar uma comunidade de pesquisadores, cunhou a expressão “colégio invisível”, para rotular o modo de comunicação entre eles. Este grupo, estudado por Boyle, mais tarde funda a Royal Society, de Londres. Posteriormente, já nos meados do século XX, Price faz ressurgir esta expressão – Colégio Invisível – ao estudar o inter-relacionamento entre pesquisadores e intitula o pesquisador – em geral o mais experiente, que lidera e supre o grupo com informações sobre as novidades na “fronteira da ciência” – de gatekeeper. (SUGAI, 1986, p,45; SANTANA, 1999, s.p.)

A natureza investigativa e comprobatória da ciência, aliada ao florescimento da ciência moderna, colaborou para o surgimento, em meados do século XVII de um canal de comunicação, que fosse mais ágil e possibilitasse a apresentação de pesquisas ainda em desenvolvimento, de modo a fomentar o debate entre os pares das comunidades científicas e obter a validação de seus inventos. Foi com esta finalidade que foram criadas, em 6 de março de 1665, sob a regência da Royal Society of London, as *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, que passou a divulgar as cartas dos cientistas europeus, nas quais



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
*Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011*

eles comunicavam principalmente a seus pares, mas também à sociedade em geral, as suas experiências em andamento e seus resultados. Por isso, Por seu cunho exclusivamente científico, estas Transactions são consideradas o protótipo dos periódicos científicos (RUSSO, 2010, p. 65; MEIRELLES, 2009, p. 22; STUMPF, 1996, p. 384).

Com a socialização, mais rápida e eficiente, dos resultados parciais ou finais das investigações científicas, tanto nos eventos quanto nos periódicos, estes tornaram-se fatores desencadeadores da evolução da ciência. Assim, os estudos indicam que, no fim do século XVII, havia cerca de trinta títulos de periódicos, em 1800, houve um aumento exponencial para setecentos títulos e já nos meados do século XIX e início do século XX havia mais de mil periódicos ativos (RUSSO, 2010, p.), o que já inviabilizava aos cientistas a possibilidade de leitura e domínio do conhecimento que era produzido no mundo.

Esta explosão da produção científica começou a produzir dificuldades no modo de recuperação da informação e fez com que, quase que compulsoriamente, surgissem os periódicos-índices ou secundários, destinados a arrolar os artigos divulgados nos periódicos de conteúdo ou primários (ou de textos integrais), de modo a promover o registro, o controle e a difusão da produção divulgada nos periódicos primários, permitindo sua recuperação.

O fenômeno da expansão da produção literária forçou a institucionalização de um programa que conseguisse manter sob controle a produção dos materiais bibliográficos. Foi então criado, na década de 1970, o Controle Bibliográfico Universal – CBU, sob a coordenação da UNESCO e da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários, com o fim de manter o registro da produção editorial dos países e torná-la disponível mundialmente. Para tanto, os países devem ter uma agência bibliográfica nacional (ABN), que fica responsável por implementar os mecanismos promotores do CBU, tais como o depósito legal, a padronização dos registros bibliográficos, o número internacional de identificação de livros (International Standard Book Number – ISBN) e de periódicos (International Standard Serial Number – ISSN), os programas de catalogação na publicação (CIP) e de disponibilidade de publicação (UAP). Este conjunto de ações objetiva viabilizar a produção da bibliografia nacional, instrumento oficial de divulgação do depósito legal (CAMPELLO, .

No Brasil, O CBU é liderado pela Biblioteca Nacional (BN), em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com o apoio das bibliotecas, Câmara Brasileira do Livro, Sindicato Nacional de Editores Livreiros, editoras e comunidade científica. Os atuais bancos de dados e os recursos de rede são os grandes aliados do programa



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
*Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011*

CBU, no sentido de viabilizar o acesso bibliográfico, enquanto que o depósito legal, hipoteticamente, assegura o acesso físico ao livro.

Além do programa cooperativo, voluntário e gratuito do Controle Bibliográfico Universal, no segmento da literatura periódica, a transformação ou mesmo a criação de serviços comerciais e gratuitos de bases de dados eletrônicas dedicadas à indexação e resumo, em geral, por área de assunto, a exemplo do Chemical Abstracts Service, surgido no formato impresso em 1907, do EI Compendex (oriundo do formato impresso do Engineering Index), do Medline (oriundo do formato impresso do Index Medicus) e muitos outros, e mais tarde os grandes bancos de dados comerciais como Dialog, STN International e outros, ampliaram a possibilidade de acesso bibliográfico e físico ao documento.

É sabido que as bases de dados de textos na íntegra, disponibilizadas na web, revolucionaram o processo de acessibilidade ao documento, reduzindo inclusive as etapas de busca, uma vez que o usuário acessa diretamente o documento primário (documento de conteúdo), isto é, a fonte de origem da informação, no entanto, conforme se constata, a comunicação científica se realiza por meio de canais formais, constituídos das fontes primárias e secundárias, como livros e periódicos, submetidos ao crivo da comunidade científica e das fontes secundárias, periódicos-índices, bibliografias, revisões de literatura etc.; e informais, aqueles que, em geral, não são avaliados pelos pares e não passam pelo circuito editorial, tais como publicações governamentais e de outras entidades, relatórios técnicos e de pesquisa, traduções avulsas, preprints, dissertações, teses e literatura gerada em eventos científicos, como os anais de congressos e seminários etc., identificados, por sua invisibilidade nos meios de divulgação, como literatura cinzenta. As teses e dissertações estão se tornando exceções, tendo em vista que já são indexadas em sistemas de recuperação da informação, de caráter internacional, como o Dissertation Abstracts International, hoje na versão Dissertation Abstracts Online, e nacionais e regionais como a BDTD – Biblioteca de Teses e Dissertações do IBICT.

Conforme evidenciado neste estudo, há uma preferência dos pesquisadores pelos canais informais de comunicação atestados por vários cientistas, que estudaram a temática da comunicação científica, dentre eles Wood(1969 apud SUGAI, 1986, p.28), que afirma ser incontestável o valor dado à comunicação informal pelos pesquisadores e, em virtude disto, Garvey(1979 apud SUGAI, 1986, p.40) classifica a comunicação científica como um sistema de interação social entre os cientistas. Basta observar a quantidade de estudos que estão sendo



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

realizados na atualidade a respeito do uso dos recursos de comunicação, como e-mails, blogs, twitter, facebook, msn e outros, para perceber que esta característica da informalidade, na comunicação científica, foi beneficiada pelos recursos da Internet, e que, agora mais que nunca, as redes de pesquisadores e a troca de comunicação entre eles vêm se intensificando, dando novo sentido aos canais de comunicação informal.

Estudos de usuários da década de 60 e 70 do século passado (WOOD, 1969; GARVEY, 1979; ALLEN, 1971; PAISLEY, 1968; LANCASTER, 1978, WILSON-DAVIS, 1977 apud SUGAI, 1986) identificam um alto teor de uso dos canais informais e, portanto de material não-convencional pelos cientistas, e, ultimamente, o incremento do uso das redes sociais para o intercâmbio entre pesquisadores, apontam para a necessidade de investir em meios de controle e registro dos documentos gerados nestes ambientes digitais.

### **3 Literatura Cinzenta**

O sistema informal de comunicação entre os cientistas não exige a revisão prévia dos documentos que por ele circulam, permitindo o fluxo de estudos, pesquisas, protótipos ainda em desenvolvimento etc, a exemplo do que enuncia Christovão (1979 apud SILVA; GARCIA; INÁCIO) “são lançados na rede de comunicação, pequenos trabalhos cujos resultados ainda não foram amadurecidos”, que correspondem a preprints, publicações que divulgam resultados parciais de pesquisa, dos quais o pesquisador espera a avaliação de seus pares.

Literatura cinzenta são publicações produzidas no âmbito das instituições governamentais, organizações privadas, instituições culturais, acadêmicas e ONGs, tais como relatórios de atividades e científicos, bem como os documentos de reuniões, congressos e outros eventos, muitos de natureza científica, mas também econômicos e de negócios, que não são publicados, ou o são em pequenas tiragens, bem como, não fazem parte do sistema convencional de controle e registro, tais como periódicos-índices e bibliografias e, na maioria das vezes, não têm ISSN ou ISBN. Em tese, estes documentos também não são comercializados.

O termo “*gray literature*” foi cunhado em 1978, em reunião realizada na Inglaterra, pela British Library Lending Division (BLLD, intitulada de Seminário de York, que reuniu bibliotecários britânicos para refletir sobre aquisição e controle bibliográfico, e na qual foi



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

discutida e constatada a dificuldade de identificação, localização e obtenção deste material, tendo em vista que não participam do círculo comercial e do CBU, já que não são também objeto de depósito legal (SILVA; GARCIA; INÁCIO, 2009).

Este tipo de literatura foi assim definido na Third Conference on Grey Literature, organizada pela GreyNet (Grey Literature Network Service): “Aquele que é produzida em todos os níveis de governo, nas áreas acadêmica, do comércio e da indústria, nos formatos impresso e eletrônico, mas que não é controlada por editores comerciais” (GREYNET, 1999 apud SILVA, GARCIA, INÁCIO, 2009 ).

Segundo Población (1999, p. 244) quando surgiu este conceito, estavam incluídos nesta categoria apenas os relatórios técnicos e de pesquisa elaborados para fins de circulação restrita, no entanto, este conceito vem se ampliando e foram incluídos neste rol, as comunicações apresentadas em eventos, os anais e atas de reuniões, as conferências, *preprints*, publicações oficiais, teses, traduções, patentes, normas etc.

Por suas características de agilidade e informalidade, a literatura cinzenta ou não-convencional tem papel significativo como recurso de comunicação científica, haja vista as vantagens que lhe são atribuídas, quais sejam: divulga informação não disponível nos meios correntes e é quase sempre inédita; aborda a literatura técnica de modo conciso e, quase sempre, profundo; e é difundida facilmente na Internet. Gomes, Mendonça e Sousa lhe atribuem ainda outras características positivas para o desenvolvimento da ciência, destacando o fato de que, muitas vezes, o documento de literatura cinzenta apresenta a informação com mais detalhe do que mesmo o artigo de periódico ou o livro, como é o caso da patente ou de relatórios técnicos e de pesquisa; aborda temas que não são, muitas vezes, alvo da publicação convencional; e traz informação bastante atualizada e não controlada pelo interesse comercial. (GOMES; MENDONÇA; SOUZA, 2000, p. 99)

Reconhecida a importância desses documentos como recurso de informação, foram criados alguns instrumentos de controle, com a finalidade de arrolar esta literatura, tais como a Deutsche Nationalbibliographie, os catálogos do National Technical Information Services (NTIS), dos Estados Unidos, e o System for Information on Grey Literature – SIGLE, de 1980, cobrindo toda a Europa; e no Brasil, a Base de Literatura Cinzenta (BLC), projeto financiado pelo CNPq. Vale a pena observar que muitos destes instrumentos de divulgação e controle, são, hoje, bases de dados digitais.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

Na atualidade, o caráter informal e inclusivo da Internet, com destaque para a filosofia do “acesso livre”, potencializa e cria as condições tecnológicas para a divulgação desta literatura, Os repositórios institucionais, com a missão de divulgar, sem restrições, a produção científica e de qualquer natureza de uma instituição e de seus pares, põe esta literatura em evidência, fazendo esmaecer este conceito de “literatura cinzenta”, que, no entanto, pode sofrer restrições das decisões de divulgação da instituição, o que pode ocorrer pelo caráter estratégico e competitivo de alguns destes documentos.

#### **4 Reflexões Finais sobre os Rumos da Comunicação Científica a partir da Filosofia do Open Access**

O advento da internet, além de ampliar as possibilidades de acesso às fontes de informação, introduziu novas estratégias de comunicação entre a comunidade científica.

A iniciativa dos arquivos abertos – OAI (*open archives initiative*), por exemplo, que surgem como uma tentativa na solução para o alto custo das assinaturas de periódicos científicos, a lentidão na disseminação da produção científica, as barreiras impostas pela legislação de direitos autorais; e a necessidade de reduzir o fosso científico, tecnológico e cultural que se instalou entre os países ricos, emergentes e pobres, em função das disparidades educacionais e culturais, para as quais contribuem a centralidade, nas regiões mais prósperas, da produção e distribuição do conhecimento, reduzindo a possibilidade do sujeito, das regiões periféricas, ampliar suas competências cognitivas e de aprendizagem, situação que contribui significativamente para acirrar o quadro de exclusão e desigualdade social.

O Movimento de Acesso Livre surgiu visando a mobilização da comunidade científica, no sentido de criar uma mentalidade de abertura ampla e irrestrita na divulgação do conhecimento científico, quebrando as barreiras que o protegiam e incrementando soluções técnicas que terminaram por viabilizar a tecnologia dos *Open Archives*.

Nesta linha surgiram os repositórios digitais, ferramentas incrementadas pela política de acesso livre à produção científica e pela tecnologia de open archives, que foram também impulsionadas pela aceitação das instituições científicas, tendo em vista que têm como finalidade reunir, preservar, dar acesso e disseminar o conhecimento produzido pela comunidade científica de uma determinada instituição, contribuindo para o reconhecimento e visibilidade do pesquisador e de sua instituição de origem, bem como para acelerar o avanço da ciência.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011

A intensificação do uso da tecnologia dos “softwares livres” e dos “arquivos abertos”, associada ao princípio do “acesso livre à informação” tornou transparente aquelas fontes de informação, antes consideradas “literatura cinzenta”, em função de sua invisibilidade no sistema de comunicação. Ponderando sobre este fenômeno da tecnologia, Costa (2006, p. 49) conclui, “não parece restar dúvidas, portanto, de que a filosofia aberta tende a se constituir no fundamento inexorável da comunicação científica daqui por diante”.

Não significa, contudo, que todas as informações de uma organização estejam disponíveis em seu repositório, isto porque há grandes massas documentais de material retrospectivo impresso ou nunca publicado, os custos envolvidos na digitalização são altos e, muitas vezes, a política de divulgação de informações da instituição é restritiva.

Apesar destas restrições, os repositórios apresentam-se como uma solução para tornar visível a produção intelectual das organizações científicas, sendo uma das suas vantagens a visibilidade, divulgação e preservação da produção intelectual institucional, favorecendo, sobremaneira, a comunicação científica e, conseqüentemente, o acesso de toda a sociedade à ciência.

**ABSTRACT:** It discusses the attempts made by the scientific community to promote the dissemination of the scientific information and the obstacles encountered to access and to use it. It analyzes investments in digital technologies that cause constant changes in the forms of representation and modality in the scientific communication and gray literature. It presents reflections about the new directions of scientific communication, focusing on open access to information.

**KEYWORDS:** Gray Literature. Information Access. Institutional Repository. Scientific Communication. Open Access.

### Referências

BRIQUET DE LEMOS, Antônio. Presente e futuro do periódico científico. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jul. 1968, Caderno Cultural, p. 3.

COSTA, S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago., 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=926>>. Acesso em: 10 abril 2011.

GARVEY, W. D. **Communication:** the essence of science: facilitating information among librarian, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon Press, 1979.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
*Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011*

GOMES, Sandra Lúcia Rébel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Literatura Cinzenta. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CEDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 97-103.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: IMPLANTAÇÃO e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999

MEIRELLES, Rodrigo França. **Gestão do processo editorial eletrônico, baseado no modelo acesso aberto**: estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Dissertação, 2009, 131f. (Mestrado em Ciência da Informação) Instituto de Ciência da Informação da UFBA, 2009.

POBLACIÓN, D. A. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 243-246, set./dez. 1992.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

SANTANA, Celeste Maria de Oliveira. **A comunicação científica na comunidade do Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz/FIOCRUZ**: os “Colégios Invisíveis” e os “Gatekeepers” da ciência. Síntese da dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, apresentada à Universidade de Brasília, 1999. Disponível em: [www.icml9.org/program/track5/public/.../Celeste%20O-104909.doc](http://www.icml9.org/program/track5/public/.../Celeste%20O-104909.doc). Acesso em: 6 abr. 2011.

SILVA, Caio Batista; GARCIA, Regina; INÁCIO, Rita de Cássia Bonadio. **Literatura cinzenta**: teses, eventos e relatórios. São Paulo: Departamento de Biblioteconomia da Escola de Comunicação e Artes de São Paulo, 2009. Trabalho acadêmico.

SUGAI, Mioka. **Fluxo de informação entre os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares**. 1986. 230f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes da USP, 1986.

STUMPF, Ida Regina Chito. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/463>. Acesso em: 6 mar. 2011.



**XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia,  
Documentação e Ciência da Informação**  
Sistemas de Informação, Multiculturalidade e Inclusão Social  
*Maceió, Alagoas, 07 a 10 de Agosto de 2011*

TOMAEL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elizabeth. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, VIII, 2007, Salvador, BA. Disponível em:  
<[www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf](http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf)>. Acesso em 10 abr. 2011.